

AO DOMINGO

Quais devem ser as prioridades do novo Governo?



Clara Almeida Santos
Vice-reitora
da Universidade
de Coimbra

Como infelizmente acontece com demasiada frequência, também hoje as urgências passam à frente das prioridades. A situação política ditou um atraso de praticamente dois meses numa altura crucial para preparação do próximo ano, sobretudo no que diz respeito ao orçamento. A prioridade urgente é fazer com que o país tenha condições para funcionar. Dar as condições para que as escolas, universidades, hospitais, tribunais, polícias e demais serviços públicos tenham informação e sintam segurança para pôr em marcha (ou fazer alterações aos planos para) 2016. Não é possível olhar só para dentro dado o contexto internacional e a iminência (ou já realidade) de um conflito mundial e a necessidade de resposta aos fluxos de pessoas. Os Negócios Estrangeiros e a Administração Interna são os ministérios que também terão de passar do zero aos cem em ritmo de bólides. ●●



Elisa Ferreira
Eurodeputada
do PS

A única prioridade é o compromisso que o Partido Socialista assumiu com os portugueses: cumprir o seu programa, com toda a transparência e com todo o empenho. É disso que os eleitores precisam, que as promessas feitas por ocasião da candidatura sejam também a agenda do Governo no momento em que entra em funções. ●●



Sebastião Feye
Reitor
da Universidade
do Porto

No plano social e político interno, temos obviamente duas prioridades – o combate ao absoluto flagelo social que é o desemprego e a criação de condições de aumento dos salários, ambos a níveis incompatíveis com as conceções de dignidade social que cultivamos na Europa em que vivemos e para cujos níveis globais de desenvolvimento temos que, e podemos, convergir. A questão é que essas duas prioridades realmente convergem numa só – criar condições de desenvolvimento económico, sem o que a situação de desemprego e os níveis de pobreza continuarão. No plano europeu, o Governo terá que transmitir de forma clara a sua vontade de ser parceiro igual, no respeito pelos acordos políticos, sociais, económicos e a nível da defesa que assinou. No Ensino Superior e na investigação científica, deve ser fortalecida uma política de autonomia auditada, transparente, no quadro de uma missão contratualizada com as instituições, recentrando as políticas de investigação com e em torno das universidades. ●●